

NOS TEMPOS DA IMPRENSA ALTERNATIVA

BERNARDO KUCINSKI

Para escrever esta história, entrevistei cerca de sessenta protagonistas da imprensa alternativa, incluindo muitos de seus líderes, consultei arquivos pessoais e públicos e as coleções dos jornais. Adotei como critérios de inclusão no universo da imprensa alternativa, além do discurso alternativo, a quantidade de trabalho jornalístico agregado e o grau de autonomia jornalística.

Durante os quinze anos de ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1980, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar. Ficaram conhecidos como imprensa alternativa ou imprensa nanica. A palavra nanica, inspirada no formato tablóide adotado pela maioria dos jornais alternativos, foi disseminada principalmente por publicitários, num curto período em que eles se deixaram cativar por esses jornais. Enfatizava uma pequenez atribuída pelo sistema a partir de sua escala de valores e não dos valores intrínsecos à imprensa alternativa. Ainda sugeria imaturidade e promessas de tratamento paternal. Já o radical de alternativa contém quatro dos significados essenciais dessa imprensa: o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970, de protagonizar as transformações sociais que pregavam.

Em contraste com a complacência da grande imprensa para com a ditadura militar, os jornais alternativos cobravam com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico. Inclusive nos anos de seu aparente sucesso, durante o chamado “milagre econômico”, de 1968 a 1973. Destoavam, assim, do discurso triunfalista do governo ecoado pela grande imprensa, gerando todo um discurso alternativo. Opunham-se por princípio ao discurso oficial.

O aparelho militar distinguia os jornais alternativos dos demais, perseguindo-os e submetendo os que julgava mais importantes a um regime especial, draconiano, de censura prévia. Em conformidade com a Doutrina de Segurança Nacional, instituída pela ideologia da guerra-fria, eram considerados pelos serviços de segurança como inimigos. Editores d’O Pasquim permaneceram encarcerados por dois meses logo após o AI-5. Editores de Resistência, Coojornal, Opinião, foram presos em ocasiões diversas. Algumas edições eram apreendidas, mesmo depois de filtradas pela censura prévia.

A partir do projeto de distensão política do governo Geisel (1974-1978), combatido pela linha dura militar, os jornais alternativos tornaram-se o pivô das lutas intestinas do regime. Após as greves do ABC e da campanha pela anistia, entre 1978 e 1980, quando a articulação na sociedade civil atingiu um novo patamar, a imprensa alternativa esteve entre os alvos principais da tentativa da linha dura de romper os nódulos dessa articulação por métodos terroristas.

Havia, basicamente, duas grandes classes de jornais alternativos. Alguns, predominantemente políticos, tinham raízes nos ideais de valorização do nacional e do popular dos anos de 1950 e no marxismo vulgarizado dos meios estudantis nos anos de 1960. Em geral pedagógicos e dogmáticos, os jornais alternativos políticos foram, no entanto, os únicos em toda a imprensa

brasileira a perceberem os perigos do crescente endividamento externo, ainda em 1973, e o agravamento das iniquidades sociais.

Revelaram novos personagens do nosso cenário, como os bóias-frias, protagonizaram em suas páginas os movimentos populares de reivindicações e de protesto e discutiam os temas clássicos das esquerdas, como o do caminho da revolução brasileira e as táticas e estratégias de oposição durante o longo processo de abertura.

Tanto a linguagem dogmática da maioria dos jornais políticos, formulada de modo canônico, como sua postura pudica, refletiam o marxismo de cunho religioso e os preceitos morais do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), predominante durante a maior parte do ciclo alternativo.

A outra classe de jornais tinha suas raízes justamente nos movimentos de contra-cultura norte-americanos e, através deles, no orientalismo, no anarquismo e no existencialismo de Jean Paul Sartre. Rejeitavam a primazia do discurso ideológico. Mais voltados à crítica dos costumes e à ruptura cultural, investiam principalmente contra o autoritarismo na esfera dos costumes e o moralismo hipócrita da classe média. Além de introduzirem no Brasil temáticas da contracultura, alguns de seus protagonistas experimentaram drogas, em especial o LSD, em busca de novos modos de percepção.

O Pasquim, ao lado de suas raízes no nacional-popular, instituiu o culto da cultura underground norte-americana, e ainda detonou um movimento próprio de contracultura, transformando as linguagens do jornalismo e da publicidade, e até a linguagem coloquial. O Pasquim mudou hábitos e valores, empolgando jovens e adolescentes nos anos de 1970, em especial nas cidades interioranas que haviam florescido durante o milagre econômico, encapsuladas numa moral provinciana.

Mas, mesmo esses jornais alternativos de raízes existencialistas atuavam no plano da contingência política opondo-se ao regime até mais visceralmente do que os marxistas, como observou José Luiz Braga .

Nesse plano, mantinham-se nos marcos de uma cultura convencional de esquerda e da crítica intransigente. Seus protagonistas, muitos deles antigos militantes de esquerda, haviam adotado o existencialismo mais como fuga instintiva do dogmatismo das esquerdas e da própria realidade opressiva do que como adesão a uma nova acepção de ser. Não criticavam a cultura estabelecida das esquerdas; apenas, não mais a adotavam como filosofia de vida.

Nos Estados Unidos, as diferentes manifestações da contracultura, inclusive seus movimentos políticos, como o Black Power, tiveram como denominador comum ostensivo o uso da maconha, proscria pela moral conservadora, numa tentativa de construção de um novo ethos, uma nova forma de ser e agir, dotada de uma ética de transgressão e de novos modos de consciência. Na Grã-Bretanha era a adesão especialmente ao ácido lisérgico (LSD) que denotava a crença de que nenhuma liberação social ou política poderia ocorrer sem a liberação anterior de cada indivíduo . A contracultura aconteceu no capitalismo avançado, visto como forma suprema de dominação psicológica, conforme as idéias em voga de Herbert Marcuse, entre outros .

No Brasil, o recurso à droga, além de incidental, foi um divisor, não um identificador.

O que identificava toda a imprensa alternativa era a contingência do combate político-ideológico à ditadura, na tradição de lutas por mudanças estruturais e de crítica ortodoxa a um capitalismo periférico e ao imperialismo, dos quais a ditadura era vista como uma representação.

A imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade.

É na dupla oposição ao sistema representado pelo regime militar e às limitações à produção intelectual-jornalística sob o autoritarismo que se encontra o nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos. Separar essas três categorias deve-se à necessidade de preservar as diferenças entre os vários modos de pensar, que se tornaram cruciais nos momentos de crise nos jornais alternativos. Eles compartilhavam, em grande parte, um mesmo imaginário social, ou seja, um mesmo conjunto de crenças, significações e desejos, alguns conscientes e até expressos na forma de uma ideologia, outros ocultos, na forma de um inconsciente coletivo. À medida que se modificava o imaginário social e com ele o tipo de articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos, instituíam-se novas modalidades de jornais alternativos.

Nesse processo destacava-se a figura do líder, o jornalista-alma do projeto alternativo. Teria existido Opinião sem Raimundo Pereira? Pif-Paf sem Millôr Fernandes? O Pasquim sem a dupla Ziraldo – Jaguar ou Versus sem Marcos Faerman? Dificilmente.

Mas a esse impulso essencialmente jornalístico, somava-se o apelo geral revolucionário das gerações dos anos de 1960 e 1970, fazendo dos jornais alternativos, primeiro, instrumentos de Resistência ou de uma revolução supostamente em marcha, depois, numa segunda fase, derrotado esse apelo, caminho de trânsito da política clandestina para a política de espaço público durante o período de abertura. Na fase final a articulação se desdobrou, abarcando parte do movimento popular de base.

Assim, apesar de sua natureza essencialmente jornalística, a imprensa alternativa acabou se tornando o principal espaço de reorganização política e ideológica das esquerdas nas condições específicas do autoritarismo. Por isso, o surto alternativo adquire uma importância que extravasa sua aparência como conjunto de jornais ou como criação ideológico-cultural.

Entre 1974 e 1977, ou seja, até a entrada em cena do operariado do ABC, a história das esquerdas brasileiras praticamente se confunde com a história da imprensa alternativa. O grande “racha” de Movimento, de abril de 1977, dando origem ao Em Tempo, foi também um marco da reorganização das esquerdas brasileiras.

Nos casos-limite, havia jornais de enraizamento partidário desde a origem e os que, ao contrário, nasceram de impulsos estritamente jornalísticos. Mas foi tão intenso o apelo do imaginário político nos anos de 1970, principalmente após 1975, que mesmo jornais originalmente desvinculados de partidos políticos, como Versus e De Fato, acabaram dominados pela prática partidária. Antes deles, nos primeiros anos após o golpe, a extraordinária influência da Revolução Cubana levou ao lançamento de jornais alternativos que tinham, como um de seus propósitos, atrair jovens para focos guerrilheiros.

Uma parte da imprensa alternativa tornou-se sucedânea de organizações políticas clássicas. Através de Movimento, o líder político clandestino Duarte Brasil Lago Pacheco Pereira, antigo

dirigente da Ação Popular (AP), lançou e desenvolveu a primeira e mais influente campanha pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Através do Versus, o clandestino Partido Socialista dos Trabalhadores lançou, em 1978, a primeira proposta de um partido socialista legal e de massas do período da abertura. Dentro do Em Tempo, os grupos Centelha, de Belo Horizonte, e Nova Proposta, de Porto Alegre, conheceram-se e se uniram, fundando em 1979 a organização Democracia Socialista (DS), ligada à IV Internacional. As campanhas de venda de assinaturas eram também campanhas de ampliação partidária. Os jornais alternativos tornaram-se palco de uma realização sociopolítica, em cujos bastidores dava-se uma disputa política e ideológica permanente.

Paralelamente, alguns jornais foram concebidos em conformidade com estratégias de estados-maiores políticos. O projeto de Opinião foi submetido ao comitê central da Ação Popular (AP) antes de ir às bancas, ao mesmo tempo em que essa organização clandestina adotava a estratégia da guerra popular prolongada, e iniciava sua aproximação com o PCdoB. Movimento, após a chacina no comitê central do PCdoB na Lapa, em fins de 1976, tornou-se um quase-partido, formulando e implementando políticas tanto no plano institucional como nas bases de ativistas.

É principalmente pela sua dimensão política, como espaço da rearticulação possível de militantes de partidos clandestinos num ambiente ditatorial, que a imprensa alternativa brasileira dos anos de 1960 e 1970 se distingue dos surtos alternativos que se deram na mesma época nos Estados Unidos e na Europa.

Nos Estados Unidos, a disseminação do método simplificado offset, de impressão a frio, facilitou o surgimento da imprensa underground dos anos de 1950 e 1960, permitindo tiragens pequenas a baixo custo nas próprias gráficas dos grandes jornais, que passaram a oferecer tempo ocioso de impressão para terceiros, reduzindo a necessidade de ter um capital inicial. No Brasil dos anos de 1970, esse método, aliado à implantação, pela Editora Abril, de um sistema nacional de distribuição, estimulou o surgimento de jornais alternativos portadores de projetos nacionais, a partir de tiragens de 25 mil exemplares. Mas, além de impor aos jornaleiros o pagamento adiantado, as distribuidoras se apoderavam de 40% da receita. Seu objetivo não era o de permitir grandes vendas de concorrentes, e sim o de reduzir seus próprios custos operacionais. Apenas os raros jornais alternativos capazes de vender regularmente muito mais do que a tiragem mínima de uma distribuição nacional poderiam cobrir suas despesas com a venda, já que a maioria não tinha receita publicitária. Foram os casos d'O Pasquim e Repórter. Os demais sofriam prejuízo pelo privilégio de uma presença nacional em banca, o que aponta para a natureza política e não mercantil desses projetos. Quando as vendas caíam a oito ou dez mil exemplares, devido à introdução da censura, ou ao estreitamento da linguagem, sem que a tiragem mínima necessária para uma cobertura nacional pudesse ser diminuída, esses prejuízos tornavam-se enormes. Mais da metade das tiragens era posteriormente recolhida e destruída. Dessa forma, nas primeiras oito edições, Movimento perdeu metade de todo o capital inicial angariado em sua campanha de lançamento. Daí a debilidade financeira crônica da imprensa alternativa de distribuição nacional.

Eram quase sempre pouco discutidas as questões de administração e de viabilização econômica. Como no poema de Bento Prado Júnior, "a nau partia sem prévio aviso e sem qualquer itinerário". Reuniam-se, em geral, em coletivos informais, cooperativas, ou em sociedades por cotas, freqüentemente sem definição precisa das cotas. Mas, apesar da importância da autogestão e da posse dos meios de produção como traços essenciais da imprensa alternativa, seus participantes em geral desconheciam a doutrina e os problemas dos empreendimentos

baseados na associação de pessoas e não de cotas de capital, como é a cooperativa. Eram conhecimentos que pertenciam a uma outra cultura política, já descartada pelos principais teóricos do marxismo como incapaz de resolver os problemas dos trabalhadores no âmbito de uma economia de mercado, capitalista. Tese, aliás, corroborada pelo fracasso da Coojornal, única cooperativa importante de jornalistas a explorar a fundo e de forma consciente o ideal cooperativo, inclusive forçando a legislação restritiva em vigor.

Uma notável aversão àquilo que Weber denominou de “espírito capitalista”, foi outro traço marcante e denominador comum de todos os jornais ao longo do ciclo alternativo, uma vez que não visavam obter lucro. Era algo que se originava do imaginário mesmo das esquerdas e da juventude da época, na sua oposição geral, não só ao regime militar, mas ao próprio capitalismo. Movia-os, ao contrário, um espírito anticapitalista. Repudiavam o lucro. Negavam que as tais virtudes do ascetismo, apontadas por Weber, fossem uma das bases da acumulação. Toda acumulação era vista como um roubo, identificada com a “acumulação primitiva” referida por Marx. Mas não conseguiam criar processos de acumulação substitutivos. E se, apesar de tudo, havia lucro, não o reaplicavam. Quando O Pasquim começou a vender mais de cem mil exemplares por semana, gerando grande lucro, e surgiu a oportunidade de comprar a preço de ocasião as gráficas do Grupo Feitler, no Rio de Janeiro, Jaguar recuou, assustado com a perspectiva de se tornar patrão. Grilo chegou a vender 30 mil exemplares, mas sua continuidade ficou comprometida pelo caos administrativo da editora Arte & Comunicação.

As estruturas de poder da imprensa alternativa explicitavam propósitos democráticos e participativos. Mas, invariavelmente, sucumbiam ante os métodos dos partidos clandestinos na sua luta pela conquista da hegemonia dos jornais. Seguiam-se os “rachas” e a formação de estruturas mais sofisticadas, igualmente impotentes frente às novas divergências. Havia entre as concepções vigentes uma forte inspiração gramsciana, entendendo os jornais como entidades autônomas, com o principal propósito de contribuir para a formação de uma consciência crítica nacional. Algumas plataformas programáticas, como as da Informação, dirigido por Adelmo Genro Filho, e o segundo Amanhã, liderado por Ricardo Maranhão e Chico de Oliveira, reproduziam literalmente as proposições de Gramsci sobre o papel dos intelectuais no processo de construção de uma hegemonia. Todos os principais jornais procuravam montar um conselho editorial composto por personalidades de prestígio com a finalidade de legitimar a linha editorial, ampliar a base de sustentação dos jornais ante as investidas da repressão e identificá-lo com correntes expressivas de opinião. Além do ativismo de militantes políticos e da colaboração voluntária de intelectuais, os jornais eram apoiados, com dinheiro e matérias, por jornalistas que continuavam trabalhando na imprensa convencional, e por artistas que organizavam shows para angariar recursos.

O organismo deliberativo dos jornais era em geral estabelecido segundo o princípio da frente jornalística, reunindo jornalistas, intelectuais e ativistas de vários partidos clandestinos em torno de uma plataforma comum. Mas na cultura política de cada partido a ainda predominava a concepção leninista que entendia o jornal como instrumento de partido. E cada grupo procurava ganhar posições na frente jornalística, para fazer dele o seu instrumento de poder, mesmo ao atropelo dos mecanismos pré-estabelecidos. Era como se houvesse um consciente gramsciano, expresso nos programas e estatutos, compartilhado principalmente por jornalistas independentes e intelectuais, e um inconsciente leninista trazido pelo ativismo político, que acabava se impondo. Havia jornais como Resistência, de Belém do Pará, fundado e dirigido desde o início por uma célula do PCdoB, que simultaneamente controlava a entidade legal formalmente proprietária do jornal. Através desses mecanismos e instrumentos de controle da

pauta e da edição, o secretismo necessário à sobrevivência dos partidos clandestinos sob a ditadura foi se incorporando ao cotidiano de muitos jornais.

O secretismo tornou-se traço cultural e, ao mesmo tempo, instrumento do jogo pelo poder, em contradição direta com o contrato social explícito dos jornais e seus mecanismos formais de democracia. Nem os membros do conselho e nem o proprietário formal de Opinião sabiam dos contatos do editor com o comitê central da AP e, depois, com o PCdoB. Em Movimento teceu-se uma teia complexa de relações secretas com várias instâncias do PCdoB, incluindo o recebimento regular de diretivas do comitê central captadas pelas ondas curtas da Rádio Tirana. E o jornal era conduzido politicamente não por seu editor ostensivo, e sim, secretamente, pelo seguidor ilustre do PCdoB, Duarte Pereira, que redigia todos os seus editoriais – os famosos Ensaio Populares –, diretivas políticas e a maioria das pautas especiais, ainda que freqüentemente divergisse das diretrizes do partido. Somente o editor ostensivo conhecia todos esses vínculos. Tanto os ativistas ligados ao PCdoB como os que a ele se opunham, identificavam erroneamente as diretrizes políticas do jornal como tendo se originado no próprio comitê central. Nesse teatro de absurdo, em que os personagens escondiam-se atrás de máscaras, deu-se o grande “racha”: o confronto entre um imaginário stalinista e outro trotskista, cada qual acreditando combater um inimigo histórico. Cada qual revivendo, meio século depois, no microcosmo de um jornal alternativo, os símbolos da luta entrem a III e a IV Internacionais.

Apesar de complexo, o fenômeno alternativo teve contornos nítidos no tempo, como outros surtos da história do nosso jornalismo, entre os quais o dos pasquins irreverentes e panfletários do período da Regência, que atingiu o seu apogeu em 1830 com cerca de cinquenta títulos, e o dos jornais anarquistas de operários, meio século depois (1880-1920), com quase quatrocentos títulos. Nos três momentos, pequenos jornais sem fins mercantis, produzidos precariamente, às vezes por um homem só, como eram muitos pasquins, dirigiam-se à sociedade civil e às classes subalternas criticando o Estado e propondo mudanças. A imprensa alternativa dos anos de 1970 pode ser vista, no seu conjunto, como sucessora da imprensa panfletária dos pasquins e da imprensa anarquista, na função social de criação de um espaço público reflexo, contra-hegemônico. Especialmente no seu apogeu, durante o triênio 1975-1977, quando o padrão alternativo tornou-se dominante, com a circulação simultânea de todos os oito grandes somando até 160 mil exemplares por semana. Na mesma época, circulavam mais duas dezenas de jornais alternativos de âmbito regional ou com temáticas específicas, como os jornais feministas, e outros menores ou efêmeros. Somente em 1975 foram criados cinco novos jornais alternativos de peso. Outros sete foram lançados em 1976, e mais nove nos três anos seguintes. Nos períodos de maior depressão das esquerdas e dos intelectuais, cada jornal funcionava como ponto de encontro espiritual, como pólo virtual de agregação no ambiente hostil e desagregador da ditadura. Pode-se traçar, assim, uma demarcação entre imprensa convencional e imprensa alternativa no Brasil pelos seus papéis opostos como agregadores ou desagregadores da sociedade civil, em especial, dos intelectuais, jornalistas ativistas políticos. Conforme um raciocínio original de Elizabeth Fox, a imprensa alternativa pode até mesmo ser definida como uma forma de enfrentar a solidão, a atomização e o isolamento em ambiente autoritário. Daí a excepcional afetividade coletiva despertada por Pif-Paf em 1964, por O Pasquim, Opinião e Bondinho, após o AI-5, e o apoio recebido de inúmeros jornalistas que permaneceram na grande imprensa. Os jornais alternativos criaram um espaço público alternativo.

Enquanto isso, a grande imprensa regredia, após o golpe de 1964, a funções mercantis estritas. Jornais que, na luta contra o Estado populista dos anos de 1950, chegaram a erguer com os militares um poder paralelo, a República de Galeão, causa principal do suicídio de Getúlio, e que,

num crescendo de ativismo, ajudaram a articular o golpe militar, sofrem uma grande inflexão no seu papel social, delegando ao Estado autoritário a tarefa de defender os seus interesses de proprietários. A simetria é simbólica: sob o autoritarismo é o alternativo Movimento que se torna um quase-partido, gerando sua própria ideologia e fazendo política, enquanto o antigo quase-partido O Estado de S. Paulo regride à função de mero vendedor de notícias (envelhecidas pelo noticiário noturno da televisão) e propagandas impressas.

Com o golpe havia se completado um processo de ocupação direta do Estado pelas classes proprietárias que vinha desde o governo Kubitschek, quando foram criados grupos executivos, com quadros do próprio empresariado, para elaborar as normas e as políticas de cada grande setor da economia. Ao mesmo tempo em que se acentuou seu caráter classista, o Estado assumiu-se como condutor de um processo excludente das massas e silenciador das oposições. Nesse Estado assim privatizado, desavenças entre frações políticas ou econômicas no bloco de poder eram resolvidas nos corredores palacianos, exatamente como nos regimes absolutistas, tornando dispensável a esfera pública burguesa como espaço de confronto entre interesses de classe e necessidades do Estado.

O enorme poder desse Estado privatizado sobre o processo de acumulação “resultou num realinhamento das esferas pública e privada, assim como na reestruturação dos mecanismos ideológicos institucionais que ligavam essas duas esferas” . Enquanto recuam os jornais, é acionado como mecanismo de persuasão ideológica dominante o padrão Globo de televisão. Passa pelo Estado, pelos seus subsídios, empréstimos favorecidos, verbas publicitárias e isenções fiscais, e não pela esfera pública e seus leitores o processo de acumulação da empresa jornalística brasileira nos anos de 1970.

O público leitor dos jornais restringiu-se ainda mais, confundindo-se com os próprios protagonistas das notícias, última versão do elitismo congênito de uma sociedade na qual a burguesia industrial adotou os valores da oligarquia agrária. Funcionou no pós-1964 aquilo que Luís Roberto Alves designa como “uma estrutura política criadora do silêncio, ao operar seus esquemas de modernização social como máscara, para o modelo de concentração [...]” .Para esse autor, todo o processo comunicacional e ideológico brasileiro, desde o Império, tem sido uma sequência de promessas de modernização e redistribuição de riquezas, seguidas pela implantação de novos sistemas de domínio que perpetuam as oligarquias.

Desapareceram a maioria dos vespertinos, enquanto o mercado se concentrava num número cada vez menor de empresas cada vez maiores. A circulação dos diários caiu em meio milhão de exemplares nos anos de 1960. Nesse simulacro de modernização, em que se misturou o fechamento de alguns jornais manu militari com a adoção de técnicas modernas de gerenciamento e marketing, acelerou-se o processo de assalariamento dos jornalistas, o fim de uma cultura jornalística de relativo desprendimento salarial, compensado por satisfações intelectuais, literárias e ideológicas. Passou a prevalecer nos novos projetos modernizadores que operaram essa mudança, como o Jornal da Tarde e as publicações da Editora Abril, especialmente Veja, um mecanismo oposto de compensações: salários relativamente elevados. Assim, o assalariamento se consolidou como relação de trabalho no jornalismo brasileiro, no âmbito da modernização silenciadora e da legislação autoritária de 1968, que instituiu a obrigatoriedade de diploma para jornalista e seu registro no Ministério do Trabalho. E nas redações mais atrasadas, ou provincianas, exacerbou-se o mandonismo e o favoritismo, em decorrência das relações privilegiadas entre as empresas e o Estado, da eliminação da estabilidade no emprego, com a introdução do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da repressão aos sindicatos e da perda de importância relativa do público leitor. Essa

especificidade do modo de produção intelectual da imprensa brasileira sob a ditadura assumiu forma acabada após o AI-5, de dezembro de 1968.

Por isso, na origem de toda aventura alternativa havia a liderança de jornalistas, ansiosos por se libertarem das restrições da grande imprensa e um episódio específico de fechamento de espaços na grande imprensa, um incidente que empurrava jornalistas em direção a uma alternativa, às vezes ainda mal formulada, imprecisa. O Pasquim só surgiu depois que foram fechados três dos principais espaços de humor criados na grande imprensa por Ziraldo, o suplemento “Cartum”, do Jornal dos Sports, “O Centavo”, no O Cruzeiro e “Manequinho”, no Correio da Manhã, todos extintos em 1967.

Com o assassinato do jornalista Vladimir Herzog nas câmaras de tortura do Exército, em São Paulo, em outubro de 1975, rompeu-se o precário equilíbrio nas relações de trabalho no conjunto da grande imprensa, ao mesmo tempo em que se esgotou o modo complacente pelo qual os jornais se relacionavam com o regime, dando origem a uma nova geração de jornais alternativos importantes.

Do universo levantado de cerca de 150 jornais, um em cada dois não chegava a completar um ano de existência. Vários ficaram apenas nos primeiros dois ou três números. E foram muitos os que, como Amanhã, Pif-Paf e Informação, exerceram influência decisiva nos campos da política e do jornalismo em apenas meia dúzia de edições. Apenas cerca de 25 jornais, nascidos de articulações mais densas, tiveram vida relativamente longa, de até cinco anos. Mas, apesar da grande variedade de propostas editoriais, soluções estéticas e diversidade temática, regional e ideológica, nenhum deles sobreviveu com seus traços originais ao regime autoritário que combateram e sob o qual nasceram.

Uma das perguntas cruciais que tentei responder neste trabalho é por que desapareceram tão repentinamente os jornais alternativos, mesmo aqueles com um acervo de muitos anos? Uma resposta corrente, incorporada pelo senso comum, é a de que esses jornais faziam parte da lógica da ditadura. Sua única razão de existir era a resistência. Não tinham por que sobreviver ao regime militar. Subjacente a esse raciocínio está um modelo reativo de imprensa alternativa parcialmente corroborado pelos fatos como um sistema termodinâmico no qual a cada aumento ou diminuição da pressão autoritária corresponderia um aumento ou diminuição da atividade alternativa. A falha desse modelo está em atribuir a uma lógica única e exógena, a gênese e a morte da imprensa alternativa, fenômenos que devem ser buscados principalmente no imaginário de seus protagonistas, daqueles que a fizeram e não nas ações daqueles que não a quiseram. A repressão, os seqüestros de edições, a censura prévia, os processos políticos, tudo isso precipitava crises latentes dentro dos jornais; raramente foram as causas diretas do seu fechamento.

Efetivamente, com a abertura, a grande imprensa não foi só recriando uma esfera pública, como o fez apropriando-se de temas até então exclusivos da imprensa alternativa, e recontratando muitos dos seus jornalistas. Opor-se ao governo deixou de ser monopólio da imprensa alternativa. Além disso, a retomada da atividade política clássica, no âmbito dos partidos e de seus jornais, que após a decretação da anistia saíram da clandestinidade, esvaziou a imprensa alternativa de sua função de espaço de realização sociopolítica.

A ditadura, entretanto, não foi a única razão de ser da imprensa alternativa. Nem a ditadura podia sozinha explicar a riqueza do fenômeno alternativo, a diversidade de suas manifestações ou a tentativa, conforme Ana Maria Nethol, de criar todo um “modelo ético-político”, com formas e estratégias próprias, que se confrontaria com o sistema dominante muito mais no

campo permanente da tentativa de construção de uma contra-hegemonia ideológica do que no campo conjuntural da resistência à ditadura .

Mas qual era o modelo ético-político da imprensa alternativa? Tinha como componente básico o repúdio ao lucro e, em alguns jornais, até mesmo o desprezo por questões de administração, organização e comercialização. Paradoxalmente, a insistência numa distribuição nacional antieconômica, a incapacidade de formar bases grandes de leitores-assinantes, certo triunfalismo em relação aos efeitos da censura, tudo isso contribuiu para fazer da imprensa alternativa não uma formação permanente, mas uma coisa provisória, frágil e vulnerável não só aos ataques de fora como às suas próprias contradições.

Os jornais alternativos de porte, tanto os políticos como os existenciais, foram vítimas também de traços culturais que desqualificaram seus participantes como protagonistas de novo modelo ético-político democrático. Ao contrário, uma forma própria de alienação instalou-se nos jornais alternativos. Protagonistas não organizados nos partidos clandestinos – entre os quais, freqüentemente, jornalistas líderes dos projetos – viam-se reduzidos, de sujeitos do processo, a instrumentos de manipulação. Nas discussões em código, as divergências tornavam-se necessárias como bandeiras de luta pelo poder. De traço ideológico, o sectarismo tornou-se linguagem, cultura, hábito, finalmente uma ética. Tornava-se muito difícil, nessas condições, administrar divergências e rivalidades internas surgidas com o desenvolvimento da conjuntura. Estabeleceu-se em muitos jornais um conflito ético insanável, uma crise total daquele modelo ético-político a que refere Ana Maria Nethol, pela precariedade de seus elementos constitutivos. Assim, impulsos libertários, de origem intelectual-jornalística, combinados numa nova matriz de relações baseada na auto-organização, na autonomia do trabalhador intelectual e numa ética em que os métodos determinavam os fins, acabavam sendo negados pelo falseamento das relações pessoais inerente ao modelo leninista, no qual os fins justificam os meios. Esse fenômeno foi decisivo nas crises de Opinião e Movimento, dois dos principais jornais alternativos dos anos de 1970, atingidos fatalmente não pela repressão, mas por divergências internas. Também De Fato, Em Tempo e até Versus, surgido de um impulso não-partidário, desapareceram por essa causa fundamental.

Todos os grupos políticos, como observa Daniel Aarão Reis Filho, “autoproclamavam-se vanguardas políticas, estados-maiores... e nesse processo preparam-se para a revolução afastando-se da sociedade que pretendem revolucionar, adquirem coesão interna em troca do afrouxamento dos laços com a sociedade” . Foi exatamente o que ocorreu com Opinião, surpreendido pelos rumos da campanha eleitoral de 1974. A maioria dos jornais alternativos portadores de projetos nacionais dirigia-se a um mesmo e pequeno público, já esclarecido. Em sua fase final, Movimento estava reduzido a jornal de seita, em linguagem e em público, vendendo apenas entre quatro e cinco mil exemplares a seus próprios adeptos. Tanto assim que, ao contrário do senso comum, quase não foi afetado pelos atentados terroristas a bancas de jornais, a partir de 1977. Apenas dois jornais alternativos, ambos desvinculados de frentes jornalísticas e do modelo leninista, alcançaram tiragens grandes por períodos longos: O Pasquim, que atingiu ampla leitura entre jovens e adolescentes nas grandes cidades do interior; e Repórter, lançado em 1977, deliberadamente para ser lido pelas camadas subalternas e pequenos funcionários da baixada fluminense.

O Pasquim sofreu um processo de envelhecimento de linguagens como reconheceu tardiamente Ziraldo ao escrever que “a grosseria violenta... o palavão desembestado já não são mais coisas revolucionárias. Assim, perderam a força...”. Ao não se institucionalizar como entidade capaz de absorver novas gerações e com elas interagir, O Pasquim perdeu a capacidade de se renovar e

criar. Repórter, sem venda militante, dependente das bancas, foi fatalmente atingido pela campanha terrorista contra bancas de jornais.

Refletiam – alguns desses jornais vinculados a partidos políticos e, principalmente, os jornais ligados aos movimentos basistas do final do ciclo alternativo – uma modalidade de engajamento jornalístico e de articulação entre jornalismo e política que mudou de lugar social. A partir de 1980, esse tipo de engajamento sobreviveu apenas em órgãos de sindicatos e partidos políticos, anteriormente reprimidos, e nos jornais de movimentos populares apoiados materialmente pela Igreja Católica e outras entidades da sociedade civil. Nesse processo de institucionalização do jornalismo crítico através de terceiras instituições, no entanto, eram outras as gerações engajadas e a ética prevalecente. Dissolveram-se os coletivos dos jornais alternativos, desapareceu o imaginário que os impulsionava. Apesar de alguma semelhança formal e temática entre os antigos jornais alternativos e alguns dos novos jornais de entidades da sociedade civil, nessa mudança de lugar social o jornalista não é sujeito do processo e desaparece a autonomia jornalística.

Nas articulações predominantemente jornalísticas, como foram Bondinho, O Pasquim e o exemplar Coojornal, pesaram a falta de uma tradição cooperativista. Em outros, como Movimento, pesou a ausência de valores democráticos nas relações cotidianas, por sua vez oriunda de uma supervalorização da ideologia, em detrimento do comportamento – e, nessa ideologia, da ação revolucionária em detrimento da relação democrática. A não-valorização do respeito mútuo, do direito de divergir, a incapacidade de operar novas propostas participativas que surgiram nos jornais basistas, em especial após 1976, contribuíram para fragilizar os jornais alternativos. Em países com tradição de relações interpessoais mais democráticas, alguns jornais do ciclo alternativo sobreviveram e se consolidaram: Village Voice, nos Estados Unidos, Time Out e Private Eye, na Grã-Bretanha, Liberation, na França. Mas todos eles mudaram de caráter, e são hoje parte da imprensa convencional.

Por isso tudo a extinção dos alternativos pode ser sintomática de algo mais profundo do que simplesmente, ou apenas, a lógica do regime autoritário. Pode ter sido sintomática do fim de outros ciclos, cujo ocaso se confundiu com o da ditadura brasileira sem ter com ela uma relação direta. A morte de propostas éticas de transformação social, da crença na realização pessoal através da ação coletiva ou comunitária. Muitos jornais alternativos do último período desapareceram em meio a um processo político no interior das esquerdas mais complexo que a mera passagem do espaço clandestino e semi-clandestino para uma esfera pública. O que ocorreu foi, antes de tudo, uma implosão do paradigma leninista, operada pelo surgimento inesperado (e por isso, em parte indesejado) do Partido dos Trabalhadores. Na imprensa alternativa essa implosão foi antecipada por Amanhã, quando Chico de Oliveira propôs explicitamente o repúdio ao aparelhamento do jornal; por Batente, ao criar o conceito de frente de massa, como forma de impedir a instrumentalização por partidos; e pelos jornais basistas, fruto da necessidade da esquerda de recuar, de abdicar do papel de vanguarda e humildemente se realimentar junto ao povo. A partir do surgimento do movimento pró-PT, em 1979, de um momento para o outro estava rompida a dualidade entre espaço clandestino e esfera pública, entre vanguarda e massa. Estava eliminada a supremacia do dogma. O novo partido, que reunia católicos, comunistas, socialistas e sindicalistas pragmáticos, negava a própria necessidade de haver uma doutrina. Com o PT foram implodindo um após o outro todos os partidos e agrupamentos leninistas, em especial o PCdoB, no que também implodiram jornais alternativos apoiados na sua militância.

O desaparecimento quase total e repentino da imprensa alternativa parece ter sido premonitório, corroborando a tese de que essa imprensa, por estabelecer pontes entre organizações e a sociedade, antecipa as grandes transformações. Nesse caso, por raciocínio inverso, podemos entender o próprio surgimento da imprensa alternativa dos anos de 1970 como uma das últimas grandes manifestações da utopia no Brasil. Estimulado pelo surgimento da ditadura, mas com direito próprio de existência na história.